

Noturno do Brasil: Fernando Henrique Cardoso entre a sociologia política e a ciência política

Noturno do Brasil: Fernando Henrique Cardoso between political sociology and political science

Karim Helayel* 

RESUMO

Procurarei aquilatar a inserção de Fernando Henrique Cardoso na ciência política entre os anos 1960-1970, tomando como ponto de partida sua aprovação no concurso da Cadeira de Política da USP, realizado em 1968. Levarei em consideração a relação da perspectiva sociológica histórico-comparada de Cardoso, desenvolvida em seu exílio, com o contexto de institucionalização da ciência política no Brasil, contrastando-a com as formulações de Paula Beiguelman e Wanderley Guilherme dos Santos. A hipótese discutida é a de que a mudança disciplinar de Cardoso, da sociologia à ciência política, além de marcar seu relativo afastamento em relação à Cadeira de Sociologia I da USP, foi efetuada sem deixar de lado uma perspectiva mais próxima do que entendemos como sociologia política. Ainda que Cardoso flerte, nos anos 1970, com uma perspectiva institucionalista, sua vinculação à ciência política se encontra próxima da sociologia política de orientação histórica e comparativa, que se torna perdedora com o predomínio do institucionalismo.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Wanderley Guilherme dos Santos, Ciência Política, Sociologia Política.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), com bolsa do CNPq.

ABSTRACT

I shall try to analyze the insertion of Fernando Henrique Cardoso in political science between the years 1960-1970, taking as a starting point his approval in the contest for the Policy Chair at USP, held in 1968. I shall consider the relationship of Cardoso's historical-comparative sociological perspective, developed in his exile, with the institutionalization context of Political Science in Brazil, contrasting it with the formulations of Paula Beiguelman and Wanderley Guilherme dos Santos. The hypothesis discussed is that Cardoso's disciplinary change, from Sociology to Political Science, in addition to marking his relative distance from the Sociology Chair I at USP, was carried out without leaving aside a perspective closer to what we understand as Political Sociology. Although Cardoso flirts, in the 1970s, with an institutionalist perspective, his connection to Political Science is close to Political Sociology with a historical comparative orientation, which becomes a loser with the predominance of institutionalism.

Keywords: Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Wanderley Guilherme dos Santos, Political Science, Political Sociology.

Ao retornar do exílio (1964-1968), Fernando Henrique Cardoso formaliza sua passagem para a ciência política, ao participar do concurso da Cadeira de Política da Universidade de São Paulo (USP), realizado em 1968. É em seu exílio, no Chile, que Cardoso constrói, em coautoria com Enzo Faletto, aquele que podemos considerar o ponto de chegada de sua sociologia histórico-comparada, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (Helayel, 2019) – doravante *DDAL* –, livro publicado originalmente em 1969. Nele, a política constitui, em chave sociológica histórico-comparada, dimensão fundante na análise sobre o desenvolvimento dependente nos diferentes países da região.

Não por acaso, a fortuna crítica destaca a política como aspecto central das reflexões de Cardoso (Leme, 2015), chegando a qualificar sua perspectiva como “politicista” (Lahuerta, 1999; Cotrim, 2001). Formulações recentes têm se debruçado ainda sobre a dimensão da política para qualificar a relação de Cardoso com o marxismo (Lima, 2015; Gonçalves, 2018; Belinelli, 2019). Assim, cumpre ressaltar que a inserção de Cardoso na Cadeira de Política da USP ocorre em um momento no qual a institucionalização da ciência política enquanto disciplina autônoma se encontrava em curso no Brasil. Ou seja, em um contexto intelectual no qual a “profissionalização” ganhava força nas

ciências sociais ao longo dos anos 1970-1980, o que não excluiu a intervenção política da intelectualidade (Pécaut, 1990). Sua institucionalização teria sido capitaneada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG) (Forjaz, 1997). A disciplina se constituiu, portanto, na conjuntura do golpe civil-militar de 1964, contra a qual os cientistas políticos do país teriam reagido tanto para entender o processo de ascensão do autoritarismo quanto para construir uma plataforma política capaz de subsidiar a recomposição da democracia (Keinert & Silva, 2010).

A análise engendrada por Cardoso, sobretudo nos anos 1970, malgrado conferir certa autonomia à política, não deixa de pensá-la em suas interações com o plano socioeconômico (Cardoso, 1977, p.1-2), além de não prescindir da história, estando em consonância com a abordagem historicizada levada à frente no momento de institucionalização da ciência política (Forjaz, 1997). Em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* – doravante *PDS* –, livro que é fruto da tese apresentada no concurso da Cadeira de Política, Cardoso (1978) elabora uma sociologia política que mobiliza a história e a comparação como recursos teóricos heurísticos, ao reconstituir o processo de industrialização na Argentina e no Brasil, analisando as representações que orientavam as condutas dos empresários urbano-industriais de ambos os países. Ao tratar de *PDS* e de alguns de seus artigos dos anos 1970, procurarei ampliar o escopo das análises que qualificam sua sociologia como histórico-comparada, cujos trabalhos tendem a analisar, sobretudo, *DDAL* (Giordano, 2014; Villegas, 2014). Portanto, oponho-me às narrativas sobre a construção da sociologia histórica centradas no hemisfério norte, que ignoram as formulações de Cardoso (Delanty & Isin, 2003; Skocpol, 1984; Smith, 1991), ou que as tratam de modo lateralizado, enfatizando *DDAL* (Adams *et al.*, 2005).

Para aquilatar suas reflexões na virada dos anos 1960-1970, tratarei do debate de *PDS* com a ciência política norte-americana, tomando como contraponto a tese de cátedra da cientista política Paula Beiguelman, publicada com o título *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos* (1968), apresentada no concurso da Cadeira de Política. O caso de Beiguelman se afigura emblemático, por ela ter sido, como observa Silva (2008), uma intelectual inserida em um momento de transição entre a geração de fundadores da “Política” da USP e a geração que participaria

ativamente da institucionalização da ciência política. Posteriormente, discutirei a interpretação de Cardoso sobre a ditadura civil-militar brasileira, em trabalhos publicados nos anos 1970, contrapondo-a à perspectiva do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos sobre a crise de “paralisia decisória”, que teria culminado no golpe de 1964. Ao lado de Bolívar Lamounier, Santos é considerado um dos principais responsáveis tanto pela fundação da área de ciência política no Brasil quanto pela criação do campo de estudos conhecido como “pensamento político brasileiro” (Lynch, 2016). Santos é tido ainda, ao lado de Cardoso, como construtor de uma interpretação contundente da democracia brasileira e de uma linguagem capaz de interpelar o debate nacional (Moreira, 2013). Assim, o objetivo aqui não será reforçar a importância da política para Cardoso, mas mostrar como tal dimensão ganha inteligibilidade através de uma perspectiva sociológica da política, na qual a história e a comparação cumprem papéis decisivos.

A despeito da ênfase institucional característica da ciência política contemporânea (Lessa, 2011; Limongi *et al.*, 2016; Marengo, 2016), a hipótese que discutirei é a de que a mudança disciplinar de Cardoso, além de marcar certo afastamento em relação à Cadeira de Sociologia I da USP, na qual foi orientando e assistente de Florestan Fernandes, mostra como sua inserção na ciência política se encontra orientada por uma perspectiva mais próxima do que entendemos como sociologia política, disciplina essa que, segundo Botelho (2019), possui como eixo analítico a relação Estado e sociedade. Ainda que Cardoso se aproxime, nos anos 1970, de uma perspectiva institucionalista (Lahuerta, 1999; Ribeiro, 2010), sua vinculação à ciência política ocorre com base em uma formulação mais próxima de uma sociologia política de orientação histórica e comparativa, que se torna perdedora com o predomínio da ênfase exclusiva nas instituições.

Teoria e história no concurso da Cadeira de Política

A história surge como componente decisiva na análise dos processos políticos nos trabalhos apresentados por Fernando Henrique Cardoso e Paula Beiguelman no concurso da Cadeira de Política da USP, aberto em decorrência da morte de seu catedrático, Lourival Gomes Machado. Cardoso concorre contra Beiguelman, que havia sido assistente na Cadeira, trabalhando sistematicamente com Machado desde 1954, na qual obteve ainda seu

doutorado em Política no ano de 1961, o que a tornava candidata potencial à vaga (Spirandelli, 2008). Entre 1962 e 1968, por conta do afastamento de Machado, Beiguelman assume a regência da Cadeira de Política, tornando-se a única mulher a ter ocupado, ainda que interinamente, a posição de catedrática (Silva, 2008).

Em *A formação do povo no complexo cafeeiro*, identifica-se a preocupação de Beiguelman com a conexão entre uma abordagem institucional e uma perspectiva histórica, que confere inteligibilidade à reconstituição do processo político-institucional no Império. Retomo a hipótese de Barbosa (2016), para quem o projeto intelectual proposto por Beiguelman enfatiza a dimensão histórica da análise política no Brasil, ou seja, o processo histórico encerraria uma dimensão heurística em seus trabalhos. Em balanço a respeito da produção da ciência política sobre o Brasil, Lamounier e Cardoso (1978, p. 8) destacam o trabalho de Beiguelman, ressaltando que uma das virtudes do livro *Formação política do Brasil*, publicado originalmente em 1967, seria sua “sólida base de conhecimento histórico, identificando progressivamente na análise os elementos constitutivos do sistema político imperial”. Em *A formação do povo*, Beiguelman mobiliza uma perspectiva diacrônica, reconstituindo o processo histórico que culminaria na formação do proletariado urbano-industrial, que começa a se delinear embrionariamente no complexo cafeeiro do Oeste paulista. O acúmulo de suas reflexões sobre a dinâmica da organização política do Império foi imprescindível em sua análise sobre os tipos de trabalho predominantes no contexto posterior à abolição: o estrangeiro, decorrente do fluxo imigratório europeu, e o nacional, livre e liberto. Não à toa, um de seus principais objetivos seria o de entender “*como foi politicamente possível a extinção do tráfico [de escravos]*” (Beiguelman, 1978, p. 6, grifos da autora).

A perspectiva histórica de Beiguelman não se concentra unicamente na análise interna do processo político brasileiro. A autora destaca também as transformações econômicas ocorridas no cenário externo, as quais impactaram a dinâmica institucional no país. Beiguelman assinala que a revolução industrial teria contribuído para a alteração do quadro em que a acumulação capitalista se dava com base em um “esquema protecionista-mercantilista”, envolvendo o intercâmbio da metrópole inglesa com suas colônias norte-americana e antilhana. A indústria inglesa passa a reunir condições, por um lado, para competir de modo livre no mercado mundial, abrindo mão do controle de um “mercado consumidor forçado” e, por outro,

com a força do capital industrial, o excedente gerado pelo tráfico de escravos perde importância no processo de acumulação de capital. A escravidão se torna dispensável, ou seja, haveria uma *relação de indiferença*, que se traduz em um processo que daria curso à destruição do “escravismo capitalista”, o qual poderia ser reconstituído analiticamente através da “extinção do tráfico” e da “abolição” (Beiguelman, 1978).

Beiguelman tece os fios do processo político-partidário que culminaria na extinção do tráfico de escravos, na lei do ventre livre, na lei dos sexagenários e na abolição da escravidão. Analisando o “jogo político” e as disputas interpartidárias, seu objetivo consiste na discussão das relações entre “abolicionismo” e “imigrantismo”, uma vez que os europeus passaram a compor – principalmente a corrente imigratória italiana – a mão-de-obra nas fazendas de café da parte nova do *Oeste paulista*. Beiguelman internaliza a historicidade do processo social em sua análise ao qualificar o Oeste paulista enquanto categoria analítica, no intuito de captar a particularidade de sua área mais nova. Diferentemente do “Oeste paulista mais antigo”, que continuaria a utilizar mão-de-obra escrava obtida através do tráfico interprovincial, o “Oeste mais novo” teria investido maciçamente na imigração europeia. Beiguelman assinala que, na lavoura cafeeira do Oeste paulista, algum tempo antes da extinção do tráfico de escravos, teria sido adotado um modo de orientação da conduta avesso às prerrogativas escravocratas, de modo a inverter seus capitais de forma distinta. Assim, teria havido uma certa *correspondência* entre o encerramento do tráfico e o desinteresse demonstrado pela economia do Oeste paulista, principalmente a do “Oeste mais novo”, pelo negócio decorrente da especulação de escravos (Beiguelman, 1978).

A correspondência aventada por Beiguelman guarda relação com a constituição dos germes que dinamizariam a formação de um mercado interno, uma vez que a corrente imigratória subvencionada pelo Estado, absorvida em larga medida pelas fazendas de café do “Oeste mais novo”, introduziria o “trabalhador-consumidor” na economia da região. No “Oeste mais novo”, a imigração teria possibilitado a consolidação de um mercado de trabalho estrangeiro abundante, cuja promoção se daria por intermédio do Estado. O estabelecimento da corrente imigratória tornaria possível, de um lado, o suprimento de mão-de-obra no setor cafeeiro vanguardista e, de outro, em relação à economia global, seriam introduzidos grupos de trabalhadores que poderiam constituir um mercado consumidor.

Assim, para pensar a formação do mercado interno, Beiguelman reconstitui a organização política imperial, destacando os interesses político-partidários em jogo na extinção do tráfico de escravos, na formulação da lei do ventre livre e na abolição da escravidão, consubstanciados pelas disputas entre os partidos Liberal e Conservador. Beiguelman investe em uma operação analítica que articula a *construção do sistema político* à definição das “categorias de trabalho”. Boa parte de sua preocupação consiste na “capacidade de consumo” da força de trabalho, tendo em vista as possibilidades de formação de um mercado interno com alguma solidez. A autora reformula, dessa maneira, a antinomia corrente entre *trabalho escravo-trabalho livre*, propondo três categorias específicas de trabalho: o “escravo”, o “semi-servil (ou semilivre)” e o “livre (assalariado)” (Beiguelman, 1977, p. 53). O trabalho livre ganha preponderância na análise, posto que seria ele que implicaria diretamente na capacidade de consumo do trabalhador, gerando os requisitos necessários para a formação do mercado interno. Sintetizando, a formulação dos tipos de trabalho procedida por Beiguelman permite a internalização do processo político e social em curso, no qual estariam sendo gestados os atores sociais da ordem urbano-industrial de São Paulo. Beiguelman não se concentra exclusivamente em aspectos institucionais, perscrutando as relações entre as instituições políticas, os interesses dos setores sociais agrários e os “movimentos sociais” (Cazes, 2011).¹ Ou seja, a dinâmica político-institucional tem precedência, embora Beiguelman não se confine a ela, já que se volta para a análise de seus fundamentos sociais.

Portanto, Beiguelman discute o processo que resultaria na abolição da escravidão, conectando-o ao fluxo migratório europeu, que abasteceu o quadro de trabalhadores das fazendas de café do “Oeste mais novo” para pensar a formação do operariado urbano-industrial em São Paulo. É a partir da análise do complexo cafeeiro do “Oeste mais novo” que Beiguelman se volta tanto para a formação do operariado quanto para seus conflitos com o empresariado industrial nascente, examinando as sucessivas greves ocorridas entre os últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Assim, a análise política da forma pela qual ocorreu a transição da escravidão ao trabalho livre tem grande importância para Beiguelman, conferindo-lhe as balizas para uma análise mais aprofundada da história do operariado urbano-

¹ Malgrado Cazes (2011) se debruçar sobre *Formação política do Brasil*, sua proposição pode ser estendida ao livro *A formação do povo no complexo cafeeiro*.

industrial (Barbosa, 2016). Dessa maneira, podemos perceber a importância do registro histórico em *A formação do povo no complexo cafeeiro*.

Em *PDSO*, a relação entre “ideologias” e “estruturas” é central para a construção da problemática proposta por Fernando Henrique Cardoso para pensar, em perspectiva histórico-comparada, os empresariados urbano-industriais argentino e brasileiro. Diferentemente de Beiguelman, Cardoso estabelece um diálogo crítico com as teorias então em voga na ciência política norte-americana, localizando-se diante do que havia de mais moderno na bibliografia especializada da disciplina. Cardoso se opõe a perspectivas teórico-metodológicas que seriam constituídas por categorias e esquemas formais com suporte histórico insuficiente. Para Cardoso, a abordagem a-histórica de Talcott Parsons seria emblemática da falta de historicidade dessas perspectivas, haja vista sua capacidade de interpelação sobre a ciência política produzida nos Estados Unidos. Cardoso sublinha que o sistema conceitual forjado por Parsons se encontraria articulado por categorias e combinações de variáveis universais que não possuiriam lastro histórico algum. Crítica que recairia sobre as proposições de David Easton, mais precisamente, sobre seu “modelo cibernético”, que não faria mais do que acompanhar e repor a metodologia parsoniana (Cardoso, 1978).

Convém observar que a crítica de Cardoso ao caráter a-histórico da ciência política norte-americana se encontra vinculada a um contexto intelectual que vinha impondo limites ao universalismo abstrato proveniente do hemisfério norte. A Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) – instituição na qual Cardoso lecionou em sua passagem pelo Chile – teria sido interpelada pela orientação teórico-metodológica norte-americana, dando atenção à “articulação entre o trabalho teórico e a referência empírica, acompanhado da ênfase no treinamento em metodologia” (Reis, 2016, pos. 276). Contudo, segundo Lynch (2017), a assimilação das técnicas de pesquisa norte-americanas, por parte da nova geração de cientistas políticos que se pós-graduaram na FLACSO, não teria se dado de forma acrítica. Para o autor, a preocupação com as especificidades latino-americanas teria permitido a essa geração a construção de críticas às teorias da modernização em voga nos anos 1950 (Lynch, 2017). Assim, Cardoso não apenas circulou nesse ambiente intelectual, como foi professor da disciplina “Sociologia do Desenvolvimento” na FLACSO (Leoni, 1997, p. 121), período no qual concebe *DDAL*.

Em *PDSO*, Cardoso argumenta que a proposição de modelos supostamente universais teria sua construção norteada por um sistema de “tipo democrático”,

o que desnudaria a posição ideológica e conservadora de Easton. Posição essa que se materializaria no modo pelo qual Easton enfrenta a problemática da mudança política, através das noções de “*persistência*” e “*manutenção*”. A primeira noção estaria referida a uma ideia de “mudança sob controle, reforma e não revolução”, enquanto a segunda suporia “estagnação ou apego estático às fórmulas e soluções estabelecidas” (Cardoso, 1978, p. 33). Ambas seriam limitadas, ao retornarem à ideia dos famosos “requisitos funcionais”, o que restringiria o potencial da “análise cibernética” para a compreensão da “mudança com persistência”. Para Cardoso, o “paradigma cibernético” não poderia ser generalizado para a análise de casos empíricos díspares, já que sua construção suporia um sistema político historicamente circunstanciado.

Cardoso assinala ainda que o livro *The civic culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), sofreria com problemas similares, ao configurar seu ponto de partida ideológica e normativamente, tomando a “cultura cívica” estadunidense como padrão para mensurarem o seu distanciamento em relação a casos empiricamente discrepantes. Os tipos construídos pelos autores padeceriam de certo formalismo, uma vez que sua sistematização não internalizaria a componente da historicidade, o que se relaciona à sua preocupação imediata, que residiria na busca de invariâncias. Cardoso (1978, p. 41) salienta que nem mesmo o caráter empírico do trabalho lograria validar seus tipos, por conta da “inexistência de passos metodológicos entre a maneira de construir os tipos e sua relação com a ‘situação empírica’ ou com a história”. Cardoso destaca o imperativo de uma reflexão rigorosa no campo da teoria, algo que importantes autores da ciência política, como Easton, Almond e Verba e Robert Dahl,² deixariam a desejar, submergindo em confusões no que se refere à relação entre ideologia e ciência. A contrapelo da petição de princípios desses trabalhos, em prol da efetivação de uma análise científica com base em técnicas de investigação sofisticadas e realização de pesquisa empírica sistemática, Cardoso argumenta que tais formulações não fariam mais do que repor perspectivas ideologicamente orientadas.³

² Destaco os trabalhos de Easton e Almond e Verba, posto que é sobre eles que Cardoso se debruça mais sistematicamente em *PDSO*.

³ Esse parece ser também o sentido da crítica de Feres Jr. (2000, p. 100) à ciência política estadunidense e, em particular, ao livro *Regime and discipline: Democracy and development of Political Science*, organizado pelo próprio Easton, em parceria com John Gunnell e Michael Stein, que correlaciona universal e normativamente o desenvolvimento da ciência política à emulação do modelo democrático liberal estadunidense.

Passando aos aspectos substantivos de *PDS*, Cardoso (1978, p. 46) ressalta que as “estruturas ideológicas” incidem efetivamente sobre a “história”. A temática mais geral se refere às representações assumidas como válidas pelos empresariados argentino e brasileiro. Cardoso (1978, p. 48) objetiva “descobrir as ‘estruturas ideológicas’ pelas quais os empresários expressam inconscientemente um modo de relação social e, ao nível de suas experiências, imaginam qual seja o mundo em que vivem”. Assim, reafirma sua proposta de “análise integrada do desenvolvimento” (Cardoso & Faletto, 2004), salientando como a teoria política fundada em uma perspectiva sobre a dependência teria que levar em consideração a interação entre as ordens política e econômica (Cardoso, 1978). Sua ideia seria conferir dignidade à dimensão da política, procurando não a subsumir a mero epifenômeno decorrente do sistema econômico. Assim, manter-se-ia a perspectiva que incide sobre a articulação entre o tipo de inserção dependente das economias latino-americanas no mercado mundial e as relações de interesses dos grupos econômicos internos. Cardoso argumenta que tanto a atuação das “burguesias nacionais” quanto suas “ideologias” teriam expressão diferenciada nos distintos países da região, haja vista seu tipo de vinculação dependente com as economias centrais. Sistematizando, no século XIX, período no qual são construídos os Estados-nação na América Latina, economias nas quais teria sido possível o controle nacional do processo produtivo ou constituídas pela presença de enclaves econômicos engendrariam formas distintas de orientação das condutas por parte das burguesias locais, bem como orientações ideológicas diferenciadas.

Aqui, a perspectiva histórica de Cardoso opera de forma decisiva, pois o processo de transição da “situação colonial” para a de “dependência nacional” seria resultante da atuação de “movimentos sociais” que contribuiriam para a alteração das relações de poder, tanto interna quanto externamente. Os vínculos entre os grupos e classes sociais das economias dependentes, entre si e com aqueles pertencentes aos países de capitalismo originário, definiriam as “possibilidades históricas de mudança e de desenvolvimento econômico, político e social” (Cardoso, 1978, p. 67). Para Cardoso, a inscrição da categoria “dependência” no léxico da ciência política se justificaria por conta da sua ênfase na diferenciação sociopolítica para pensar as especificidades da mudança social na região. Cardoso retoma seu diagnóstico sobre a compatibilização entre dependência e

desenvolvimento para desconstruir perspectivas esquemáticas que tenderiam a relacionar diretamente desenvolvimento/mudança social e dependência/tradicionalismo (Cardoso & Faletto, 2004).

Cardoso afirma, em *PDSO*, que as alterações estruturais e as diferenciações internas às economias dependentes seriam interpeladas por sua modalidade básica de dependência (controle nacional do processo produtivo ou economias de enclave), bem como pelo tipo de crise política particular a cada uma delas. O sentido assumido pelo processo histórico-social de transição nas sociedades dependentes não seria imediatamente decorrente da crise “externa”, encontrando-se condicionado pela reação dos grupos econômicos locais à conjuntura do mercado mundial. Assim, empreende uma análise comparativa não apenas das ideologias dos empresariados urbano-industriais argentino e brasileiro, mas também da mudança social em ambos os países, ressaltando suas diferenças no processo de construção de seus Estados-nação, na industrialização e na constituição das classes sociais. Cardoso aprofunda, portanto, sua discussão sobre o desenvolvimento dependente, focalizando as diferenças entre duas economias nas quais teria sido possível o controle do processo produtivo por parte de algum grupo econômico local, o que incidiria, diferenciadamente, sobre suas ideologias.

Apesar de suas diferenças, os trabalhos de Beiguelman e Cardoso reivindicam uma perspectiva histórica para a análise dos processos políticos, sendo representativos do momento de institucionalização da ciência política no Brasil, no qual, segundo Forjaz (1997), o recurso à história tem importância. No contexto uspiano, pode-se lembrar ainda da perspectiva historicizada de Campello de Souza (1976), que discute a relação entre o Estado e o sistema partidário no Brasil, no período 1945-1964, articulando a análise institucional, de modo a conferir autonomia relativa à esfera político-partidária, ao exame dos fatores socioeconômicos de um país em processo de mudança social. Assim, não seria exagero afirmar que as perspectivas de Cardoso e Beiguelman parecem ser representativas de um certo modo de fazer “política” enquanto disciplina na USP, tornando o concurso da Cadeira de Política paradigmático nesse sentido. Segundo Sallum Jr. (2002), até o início dos anos 1980, sociologia política e ciência política tendiam a se confundir, dada a até então precária indistinção entre fronteiras disciplinares. Tanto *A formação do povo no complexo cafeeiro* quanto *PDSO* foram produzidos

em um contexto intelectual no qual tais fronteiras no campo das ciências sociais ainda estavam sendo desenhadas e, nesse sentido, suas perspectivas acabariam perdendo espaço com o avanço da autonomização da ciência política. Portanto, a ênfase nos fundamentos sociais e econômicos para a explicação da vida política, importante em ambos os trabalhos, perde força diante do crescimento da perspectiva institucionalista. Vale lembrar que, para Lamounier (1982), o “sociologismo” teria sido uma marca da produção intelectual da USP, instituição na qual o desenvolvimento das ciências sociais teria se dado a contrapelo da ciência política.

Segundo Limongi, Tavares de Almeida e Freitas (2016), assim como vem se dando internacionalmente, a abordagem política que valoriza a ótica das instituições domina atualmente o campo da ciência política produzida no Brasil. Em decorrência da ruptura operada pelo neoinstitucionalismo em relação à sociologia política praticada em décadas anteriores, argumentam os autores, a ênfase analítica teria recaído na dinâmica institucional. O papel de Lamounier na abertura do caminho para a valorização da engenharia institucional na análise da vida política brasileira durante a ditadura teria sido fundamental, ao preconizar “a importância do mecanismo eleitoral e seus efeitos para a transformação do regime autoritário” (Limongi *et al.* 2016, pos. 1310).

Malgrado não abdicar de uma perspectiva que integra as dimensões política, econômica e social, Cardoso se aproxima, nos anos 1970, da abordagem institucionalista, produzindo trabalhos nos quais seu objetivo era compreender e explicar o “modelo político brasileiro”. Cardoso teria deslocado seu foco dos problemas estruturais, voltando-se para a problemática da representação política, dos aspectos institucionais e do fortalecimento da sociedade civil (Lahuerta, 1999). Sintomático dessa aproximação é o livro *Os partidos e as eleições no Brasil*, publicado em 1975, organizado por Lamounier e Cardoso. Além da introdução ao livro, escrita em parceria com Lamounier, Cardoso publica capítulo no qual trata de temas caros à ciência política contemporânea, como voto, participação e representação política, de modo a construir uma reflexão sobre as possibilidades de democratização no país. Cardoso (1975b) reconstitui o sistema político-partidário engendrado após à Constituição de 1946 para analisar o êxito eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, examinando a estrutura/composição partidária, as características dos deputados eleitos pelo MDB e pela Aliança Renovadora

Nacional (Arena) e suas bases eleitorais. Assim, vale a pena discutir, a partir do contraponto com a perspectiva de Wanderley Guilherme dos Santos, a forma pela qual Cardoso se aproxima do paradigma institucionalista na década de 1970, localizando-se entre a sociologia política e a ciência política.

A “paralisia decisória” e a revolução com aspas

Wanderley Guilherme dos Santos foi figura central na institucionalização da ciência política no Brasil, tendo sido um dos fundadores do IUPERJ e da revista *Dados*, na qual teria atuação como editor, além de publicar artigos semanais para a consolidação da subárea conhecida como “pensamento político brasileiro” (Moreira, 2020). Em seu diagnóstico sobre a “paralisia decisória”, que culminaria no golpe civil-militar de 1964, Santos articula teoria e história para a análise do processo político-institucional. O autor inicia a apresentação ao livro *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*, de 2003 – versão revista e ampliada de sua tese de doutoramento, defendida em 1979, na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos (Lynch, 2020b) –, afirmando: “Por meio da história a teoria se faz vida, orientando-se esta por conceitos, crenças, associações suspeitas e, às vezes, por destroços de segmentos causais” (Santos, 2003, p. 17). Santos ressalta a necessidade de uma “teoria historicamente embebida”, que jogue papel decisivo na interpretação da crise institucional que teria precedido o golpe de 1964. Não à toa, Lynch (2020a) argumenta que, tendo em vista a valorização do caráter interdisciplinar da ciência política, a história parece ter sido o campo que Santos mais preconizou na maturidade. Conforme Moreira (2020), a tese de Santos seria representativa de um momento de sua produção intelectual (1965-1989) no qual a especificidade da política emerge através do recurso à pesquisa empírica e à metodologia da ciência política contemporânea.

Em *O cálculo do conflito*, Santos (2003, p. 22) circunstancia empírica e historicamente suas principais hipóteses sobre a “paralisia decisória”, qualificada como “um colapso do sistema político, resultante de sua cadente capacidade operacional (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes), antes que a consequência de algum programa governamental consistentemente implementado”. Santos alia a análise institucional à reconstituição histórica do período que antecede ao golpe de 1964, reforçando

os vínculos entre fundamentos teóricos e pesquisa empírica sistemática. Ao mobilizar a tipologia proposta pelo cientista político italiano Giovanni Sartori para a análise de sistemas “pluralistas altamente polarizados”, Santos indica seus limites históricos, ainda que o sistema político brasileiro entre 1960 e 1964 pudesse ser qualificado como “pluralista polarizado”. Santos sugere que a tipologia de Sartori teria validade, embora não pudesse ser aplicada indiscriminadamente, haja vista a necessidade de historicizá-la, movimento que permitiria captar a particularidade da crise institucional no Brasil dos anos 1960.

Assim, a despeito de muitas das características do modelo de Sartori surgirem no Brasil pré-golpe de 1964, o mesmo apresentaria insuficiências operacionais. Para Santos, o aspecto decisivo para um sistema se tornar polarizado não seria propriamente a quantidade de legendas partidárias atuantes, mas o nível de radicalização de suas posições políticas. Sua preocupação diz respeito à “estrutura do conflito”, considerada pelo autor a principal causa do processo de radicalização. Santos (2003, p. 189) acrescenta ainda outra variável ao modelo de Sartori, a saber, o “controle dos recursos políticos”, aspecto fundamental para a análise sobre a possibilidade de ocorrência de uma “paralisia decisória” em um sistema político. Os “sistemas pluralistas polarizados” seriam aqueles nos quais “os recursos estão fragmentados entre um grande número de atores políticos altamente comprometidos com suas hierarquias de preferências privadas” (Santos, 2003, p. 197). Caso a coalizão no poder não tenha forças suficientes para superar a oposição, haveria margem para um certo “movimento circular” de formação de “coalizões *ad hoc*” com potencial para vetar políticas propostas, o que tornaria o sistema propenso a uma paralisia do processo decisório.

O recurso à história é importante em suas formulações, que reconstituem o processo institucional que teria levado à “paralisia decisória”, a fim de mostrar como ocorreram a fragmentação e a radicalização do sistema político brasileiro, bem como a constituição de coalizões *ad hoc* e o padrão de rotatividade das elites (Santos, 2003, p. 199). Seu ponto é o de que o impasse teria sido consequência de um “conflito *político*” definido pela “dispersão de recursos” entre atores políticos fortemente radicalizados, o que impediria que o sistema operasse de modo adequado. O processo de radicalização é decisivo na análise, pois os sistemas qualificados como “pluralistas polarizados” padeceriam de certa vulnerabilidade em

relação à crise de “paralisia decisória”. Ou seja, “fragmentação política” e “radicalização” seriam elementos que permitiriam compreender e explicar a “paralisia decisória”. A hipótese de Santos seria a de que, durante o governo de João Goulart, “o sistema partidário brasileiro definitivamente acercou-se da condição de pluralismo partidário, ou seja, estava sendo corroído por simultâneo processo de fragmentação e radicalização” (Santos, 2003, p. 231).

Como mostra Santos, a tendência à fragmentação parlamentar não teria sido idiosincrasia do governo Goulart, pois seu recrudescimento teria se dado de forma gradativa no sistema político brasileiro entre 1946 e 1962. As posições assumidas pelos partidos políticos no Congresso, em relação às propostas de Goulart, seriam reveladoras da centralidade do conflito institucional e da ordenação do sistema partidário através de um “*continuum* ideológico esquerda-direita” (Santos, 2003, p. 262). Levando em conta a distribuição de cadeiras parlamentares no que se refere às posturas ideológicas, Santos afirma que o sistema político brasileiro se encontraria inapelavelmente atravessado por um “pluralismo polarizado” ao longo do governo Goulart.

Santos se contrapõe ainda a uma certa literatura que, segundo ele, teria reduzido os impasses ocorridos no parlamento ao colapso da coalizão entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contrariamente, Santos entende que a crise teria afetado não apenas uma coalizão particular, mas integralmente o sistema partidário brasileiro e, por esse motivo, coalizão alguma teria reunido condições para substituir aquela formada por PSD e PTB. Para Santos, tal substituição não teria sido possível, por haver uma certa fluidez por parte dos partidos, que poderiam atuar conjuntamente no que tange a um tema particular, mas se oporem em relação a outro. Como as coalizões parlamentares frequentemente se alteravam entre uma questão e outra, a instabilidade governamental ganharia contornos dramáticos, pois o Executivo não poderia contar de modo algum com o apoio constante do Congresso.

Santos destaca a rotatividade ministerial como indicativa da instabilidade que atravessou o governo Goulart. Quando comparado aos governos de Dutra, Vargas e Kubitschek, a instabilidade ganharia amplitude ainda maior. Isso se deve ao fato de que a rotatividade ministerial do governo Goulart teria produzido uma dinâmica que, não sem dificuldades, poderia ser qualificada como “anarquia governamental”, pois nem mesmo o aparelho

descentralizado do Estado teria permanecido resguardado da desordem. No intuito de angariar apoio político para seu programa reformista, ao empreender manobras de rotatividade, Goulart teria conduzido seu governo próximo a um caos administrativo sem precedentes após 1946. O Banco do Brasil, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Siderúrgica Nacional foram instituições mobilizadas como moeda de troca para obtenção de apoio político, o que levaria Santos (2003, p. 329) a concluir que “a captura do aparelho de Estado pela lógica da competição política resultou nas maiores taxas de rotatividade de elites ocorridas no Brasil pós-46”.

As propostas de reforma agrária e de extensão do direito ao voto aos analfabetos dependeriam, lembra Santos, de complexas emendas constitucionais que demandariam inequívoco apoio político. Entretanto, grande parte do Congresso era contrária a tais medidas, devido ao receio de que elas abrissem brechas para a formulação de outras consideradas ainda menos desejáveis. O resultado teria sido, assinala Santos, a composição de ampla coligação parlamentar conservadora em prol da manutenção do *status quo* constitucional, a qual atuaria no sentido de impedir a ampliação do raio de ação do Executivo. Em relação ao governo Kubitschek, Goulart não teria sido apto na obtenção da confiança dos partidos políticos, o que teria implicações no “padrão *ad hoc* das coalizões de veto articuladas para deter as propostas de reforma agrária e outras” (Santos, 2003, p. 335).

Assim, a historicidade constitui componente fundamental das formulações de Santos, calibrando o modelo de Sartori, ao conceder ênfase às particularidades da dinâmica institucional brasileira. Ou seja, se a singularidade da tese de Santos consiste no fato de ter “levado às últimas consequências a especificidade da esfera político-institucional ou, se se prefere, a autonomia relativa dos processos instaurados pela vigência de um sistema de representação” (Lamounier, 1982, p. 428), sua ênfase não se deu sem a internalização de uma perspectiva histórica do processo político.

Após Cardoso ser aposentado compulsoriamente pelo AI-5, fundando posteriormente o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (Sorj, 2001), sua atenção se volta para a análise do autoritarismo. Malgrado se debruchar sobre essa questão, que interpelou os cientistas políticos no processo de institucionalização da ciência política no país (Keinert & Silva, 2010), sua perspectiva sociológica histórico-comparada não é deixada de

lado em prol de uma análise eminentemente institucional. Um corpo-a-corpo entre os trabalhos de Santos e Cardoso permite perceber diferenças significativas em seus aportes analíticos, ainda que ambos se valham do recurso à história. Se, de um lado, como vimos, Santos investe na análise da dinâmica institucional político-partidária, Cardoso enfatiza, por outro, em seus trabalhos dos anos 1970 – assim como em *DDAL* e *PDSO* –, os conflitos e acomodações entre grupos e classes sociais, procurando articular as dimensões econômica, social e política. Assim, o ponto de chegada de sua sociologia histórico-comparada lhe confere a entrada para discutir a questão da “revolução econômica burguesa” do “movimento politicamente reacionário de 1964” (Cardoso, 1977, p. 71). Embora efetue sua passagem para a ciência política, debruçando-se sobre a dinâmica institucional, Cardoso não abandona o ângulo analítico da relação entre Estado e sociedade, que confere, como observa Botelho (2019), a forma da sociologia política.

Em “O modelo político brasileiro”, texto publicado em 1972, no livro *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, Cardoso analisa os principais efeitos políticos e econômicos da ditadura civil-militar brasileira, matizando suas especificidades enquanto processo social. Cardoso argumenta que o caráter da ditadura seria eminentemente moderno, insistindo na sua ruptura histórica, pois ela não corresponderia a um retorno ao passado, como argumentavam Celso Furtado e Hélio Jaguaribe. Cardoso (1977) dialoga criticamente com os artigos de Furtado e Jaguaribe, publicados originalmente na revista *Les Temps Modernes*, em 1967, em número especial sobre o Brasil. Cardoso se contrapõe diretamente às noções de “pastorização”, proposta por Furtado (1979), e “colonial-fascismo”, formalizada por Jaguaribe (1979), argumentando que ambos suporiam, cada qual a seu modo, que o modelo econômico implementado pela ditadura não teria o dinamismo necessário para efetivar o desenvolvimento do país, que tenderia à estagnação econômica. Cardoso entende que a ditadura expressaria uma “rearticulação política”, ancorada em mudanças no modelo econômico e social de desenvolvimento até então vigente. Seria mais acurado afirmar que “o golpe de 1964 acabou por ter consequências ‘revolucionárias’, no plano econômico” (Cardoso, 1977, p. 53), por ele se encontrar inscrito em um momento no qual estava em curso uma reorientação da divisão internacional do trabalho. Retomando a categoria “internacionalização do mercado interno” (Cardoso & Faletto, 2004), Cardoso (1977, p. 64) salienta que “parte do sistema industrial dos países

hegemônicos é transferida, sob controle das corporações internacionais, para as economias periféricas que lograram alcançar previamente certo avanço no desenvolvimento industrial”.

Divergindo de Furtado e Jaguaribe, Cardoso entende que o desenvolvimento dependente posto em prática pela ditadura teria permitido dinamizar economicamente o setor urbano-industrial, malgrado seus efeitos contraditórios, ao gerar concentração de renda e miséria. O golpe de 1964 teria deslocado o “setor nacional-burguês” e o “grupo estatista-desenvolvimentista”, beneficiando o setor burguês internacionalizado, circunscrito ao sistema de produção do capitalismo internacional. A ditadura teria recrudescido os vínculos dependentes do país com as economias centrais, integrando-o profundamente a um sistema internacionalizado de produção e comercialização, o que não inviabilizaria seu desenvolvimento industrial e financeiro. Entretanto, o aprofundamento dos liames de dependência não teria se limitado ao setor urbano-industrial, já que no setor primário também teriam se articulado “monopólios internacionais”, “empresas locais” e “empresas públicas”, engendrando “formas de exploração associada” (Cardoso, 1977, p. 70). Constata Cardoso (1977, p. 71) que

[é] neste sentido limitado de uma “revolução econômica burguesa” que se pode pensar nas consequências revolucionárias do movimento politicamente reacionário de 1964. Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Neste sentido modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional.

Cardoso sublinha que seria equivocado supor que as burguesias nacionais das economias dependentes pudessem efetuar revoluções burguesas nos moldes daquelas que ocorreram nos países de capitalismo originário. Não à toa, mobiliza o termo revolução com as suas devidas aspas, pois a “revolução” das burguesias periféricas teria consistido na sua integração ao capitalismo internacional como associadas e dependentes. “Revolução” bastante limitada, já que a acumulação de capital nos países dependentes teria sido marcada por sua incompletude, decorrente da inexistência de um setor forte destinado à produção de bens de capital. O golpe de 1964 teria colocado em curso uma “revolução limitada”, reprimindo as camadas trabalhadoras, comprimindo salários e desenvolvendo mecanismos de

acumulação que estimulariam a associação entre o Estado, as empresas nacionais – públicas ou privadas – e os consórcios internacionais. Articular-se-ia o modelo de desenvolvimento dependente-associado e a atuação de um Estado forte, capaz de assegurar efetivamente a acumulação de capital, o que marca as particularidades de nossa “revolução” em relação às experiências de modernização originárias. Como reafirma em *Autoritarismo e democratização*, livro de 1975, o sentido da “*revolução burguesa dos países dependentes*” (Cardoso, 1975a, p. 130, grifos do autor) diferiria daquele assumido nos países que empreenderam revoluções burguesas clássicas, encontrando-se referido à “internacionalização do mercado interno” sucedida no pós-guerra. Em economias dependentes, como a brasileira, teria havido um deslocamento no interior do “bloco de poder”, através do qual os interesses dos setores vinculados à burguesia nacional-populista teriam sido substituídos por uma “*burguesia-internacionalizada*” e por um “*tecnocratismo civil-militar*” (Cardoso, 1975a, p. 130, grifos do autor).

Assim, Cardoso analisa as engrenagens do “Estado burocrático-autoritário” para compreender e explicar o autoritarismo vigente e o modelo de desenvolvimento da ditadura. Em “Estado e sociedade no Brasil”, texto recolhido em *Autoritarismo e democratização*, Cardoso caracteriza a luta política como uma disputa entre grupos e classes sociais com interesses conflitantes, discutindo a formação de uma aliança entre os setores mais modernos do empresariado e da classe média sob a hegemonia das Forças Armadas, que deteriam o controle do aparelho estatal. O que se encontra em jogo, para Cardoso, é a estreita relação entre uma “burguesia empresarial”, que teria se organizado em torno da “Grande Empresa”, e setores da classe média a ela vinculados ou ligados ao “Estado Empresarial”, com destaque para os militares, “que assumiram como missão própria alcançar e fortalecer o desenvolvimento capitalista” (Cardoso, 1975, p. 178).

Cardoso assinala que a estrutura estatal teria sido ordenada para garantir o dinamismo das empresas públicas e privadas, o que não excluiria as possibilidades de choques e contradições no interior do Estado. Sua análise busca ressaltar a dimensão do conflito político, uma vez que o Estado seria a expressão de uma “aliança *contraditória* de grupos” (Cardoso, 1975, p. 181, grifo do autor). Cardoso privilegia a noção de “anéis burocráticos”, pensando os vários setores que compõem o aparato estatal como facções que se encontrariam em luta política. Assim, ressalta a existência de duas

burocracias distintas, a saber, a “Grande Empresa Privada”, inscrita em um contexto supranacional, e a “Burocracia Pública”, na qual inclui as Forças Armadas, que se definiriam em relação à “Nação”. Cardoso destaca a imbricação entre os grupos que compõem essas burocracias, mobilizando a categoria “anéis burocráticos”, que seria representativa do baralhamento entre público e privado, problemática recorrente, como mostra Botelho (2019), em nosso pensamento social. Cardoso aponta que parte da burocracia das empresas estatais poderia ser captada pelos interesses das empresas multinacionais, bem como o inverso seria possível. Para Cardoso, a variedade de alianças seria viável na cúpula desde que não colocasse em risco os requisitos do “Estado de Desenvolvimento Capitalista”, garantindo a manutenção da acumulação.

Em “A questão do Estado no Brasil”, texto também recolhido em *Autoritarismo e democratização*, Cardoso (1975a, p. 198) avança na caracterização do quadro institucional do Estado brasileiro, afirmando que este teria gerado um “sistema híbrido”, que, ao atender “aos interesses do capital oligopólico [...] tratou de fortalecer, ao mesmo tempo, a Empresa Pública e de ampliar a área decisória do Governo e sua capacidade de controle sobre a sociedade civil”. Ao discutir os “anéis burocráticos”, Cardoso sublinha as particularidades das relações entre empresas e Estado, afirmando que as empresas públicas teriam logrado considerável aumento em seu raio de influência. O que não significa que elas atuassem contrariando os interesses privados, mas que ganharam força própria no interior do Estado, já que as empresas privadas que se beneficiariam com o regime também teriam sido incorporadas por meio da constituição dos “anéis burocráticos”. Não obstante o Estado se encontrar vedado aos influxos e pressões da sociedade civil, ele teria sido flexível, cooptando e incorporando “as pressões de parte dela que representa os interesses do desenvolvimento-associado, tanto no que se refere ao grande capital quanto aos setores profissionais de altas rendas que se beneficiam com o modelo vigente” (Cardoso, 1975a, p. 207).

Cardoso mobiliza a ideia de “ideologia de Estado”, amparando-se nas reflexões de Lamounier, em sua tese de doutoramento.⁴ Cardoso ratifica o diagnóstico de Lamounier, afirmando não haver, no Brasil, uma ideologia nacionalista, e sim, uma “ideologia de Estado” que suporia, ao contrário da primeira, uma “desarticulação ideológica da massa” (Cardoso, 1975a,

⁴ Cardoso dialoga com a tese defendida por Lamounier nos Estados Unidos, em 1974, e intitulada *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case*.

p. 214). Para além da força e da repressão, o grupo no poder surgiria como proposta “em benefício da comunidade” (Cardoso, 1975a, p. 192), camuflando, portanto, a parcialidade de seus interesses. Assim, a interlocução com Lamounier, que aparece não apenas na mobilização do conceito de “ideologia de Estado”, como, sobretudo, no livro *Os partidos e as eleições no Brasil*, organizado por eles, pode ser emblemática do flerte de Cardoso com uma perspectiva institucionalista.

Considerações finais

Fernando Henrique Cardoso se inscreve no campo da ciência política, porém sem abandonar sua preocupação com certo imperativo da historicidade na análise sociológica. Se, no que diz respeito ao concurso da Cadeira de Política da USP, Cardoso sai vencedor em relação a Paula Beiguelman, com uma tese na qual estabelece um diálogo crítico com a bibliografia mais moderna da ciência política à época, sua aproximação ao paradigma institucionalista ocorre na contramão do sentido que a disciplina assumiria no país. Ao articular a dimensão da política às esferas da economia e da sociedade, Cardoso mobiliza sua perspectiva sociológica histórico-comparada, discrepando da abordagem de Wanderley Guilherme dos Santos, que constrói seu diagnóstico da “paralisia decisória” enfatizando os mecanismos institucionais. Malgrado Santos não descurar das dimensões da sociedade e da economia em sua obra, afasta-se de uma perspectiva que tenda a vincular diretamente a análise dos processos políticos às forças econômicas e sociais (Moreira, 2020). Ainda que Santos tenha se preocupado com a articulação entre teoria e história, o seu mérito teria sido, segundo Lamounier (1982), o de levar ao primeiro plano a análise da esfera político-institucional. Mesmo sendo considerado um “pensador de transição”, entre a “velha” e a “nova” ciência política, Santos é concomitantemente qualificado como um dos pais-fundadores da disciplina no país (Moreira, 2020), diferentemente de Beiguelman e Cardoso, próximos de uma perspectiva sociológica da política – característica da “política” enquanto disciplina na USP –, derrotada nesse processo de institucionalização.

Assim, se Cardoso, por um lado, confere importância à análise da dinâmica institucional, debruçando-se sobre a constituição do Estado, por outro, não perde de vista as relações do regime autoritário com o desenvolvimento

dependente-associado. Não obstante o reconhecimento internacional obtido por Cardoso através de *DDAL* (Sorj, 2001; Garcia Jr., 2004), talvez seja possível afirmar que, no plano da ciência política brasileira, sua perspectiva sai perdedora no processo de institucionalização da disciplina. Cardoso parece se localizar, nos anos 1970, entre a sociologia política histórico-comparada e a abordagem da ciência política contemporânea. Concordando com Botelho (2019, p. 20), a dissociação entre Estado e sociedade, operada pelo institucionalismo predominante na ciência política contemporânea, teve como um de seus principais resultados a perda de uma “visão de conjunto do movimento mais amplo da política”.

Referências

- Adams, Julia, Clemens, Elisabeth, & Orloff, Ann S. (2005). *Remaking modernity: politics, history, and sociology*. Duke University Press.
- Barbosa, Carla C. (2016). *Aziz Simão e Paula Beiguelman: uma contribuição à sociologia política brasileira* [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal Fluminense]. Não publicada.
- Beiguelman, Paula. (1976). *Formação política do Brasil*. Pioneira.
- Beiguelman, Paula. (1978). *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. Pioneira.
- Belinelli, Leonardo. (2019). *Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz* [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-09082019-112520>
- Botelho, André. (2019). *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Vozes.
- Campello de Souza, Maria do C. (1976). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Alfa-Omega.

- Cardoso, Fernando H. (1975a). *Autoritarismo e democratização*. Paz e Terra.
- Cardoso, Fernando H. (1975b). Partidos e deputados em São Paulo: passado e presente. In: B. Lamounier & F. H. Cardoso (orgs.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Paz e Terra.
- Cardoso, Fernando H. (1977). *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Difel.
- Cardoso, Fernando H. (1978). *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Zahar Editores.
- Cardoso, Fernando H., & Faletto, Enzo. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Civilização Brasileira.
- Cazes, Pedro. (2011). Estado e sociedade em Maria Sylvia de Carvalho Franco e Paula Beiguelman [Pôster]. In *XV Congresso Brasileiro de Sociologia*.
- Cotrim, Ivan. (2001). *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso* [Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas]. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281743>
- Delanty, Gerard, & Isin, Engin (orgs). (2003). *Handbook of historical sociology*. Sage.
- Feres Jr., João. (2000). Aprendendo com o erro dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, (15), 97-110. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200007>
- Forjaz, Maria C. (1997). A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35), 1-22. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>
- Furtado, Celso. (1979). Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar. In C. Furtado (org.), *Brasil: tempos modernos*. Paz e Terra.
- Garcia Jr., Afrânio. (2004). A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social*, 16(1), 285-300. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100014>
- Giordano, Verónica. (2014). La sociología histórica y la sociología latinoamericana. La comparación en nuestras ciencias sociales. *Revista de la Red Intercatedras de América Latina Contemporánea (Segunda Época)*, 1(1), 14-29.
- Gonçalves, Rodrigo S. (2018). *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)* [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-29102018-161356>

- Helayel, Karim. *Um sociólogo na periferia do capitalismo: a sociologia histórico-comparada de Fernando Henrique Cardoso*. [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Jaguaribe, Hélio. (1979). Brasil: Estabilidade Social pelo Colonial-Fascismo? In C. Furtado (org.), *Brasil: tempos modernos* (pp. 49-76). Paz e Terra.
- Keinert, Fábio C., & Silva, Dimitri P. (2010). A gênese da ciência política brasileira. *TempoSocial*, 22(1), 79-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005>
- Lahuerta, Milton. (1999). *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo]. <https://repositorio.usp.br/item/001070671>
- Lamounier, Bolívar. (1982). A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In B. Lamounier (org.), *A ciência política nos anos 80* (pp. 15-46). Editora Universidade de Brasília.
- Lamounier, Bolívar, & Cardoso, Fernando H. (1978). A Bibliografia de Ciência Política Sobre o Brasil (1949-1974). *DADOS*, 18, 3-32.
- Lamounier, Bolívar, & Cardoso, Fernando H. (orgs.). (1975). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Paz e Terra.
- Leme, Alessandro. (2015). La centralidad de la política para pensar lo económico en Fernando Henrique Cardoso. *Revista Mexicana de Sociología*, 77(3), 357-384.
- Leoni, Brigitte. (1997). *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. Nova Fronteira.
- Lessa, Renato. (2011). Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, (82), 17-60.
- Lima, Pedro L. (2015). *As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*. [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Limongi, Fernando, Tavares de Almeida, Maria H., & Freitas, Andrea. (2016). Da sociologia política ao (neo)institucionalismo: 30 anos que mudaram a ciência política no Brasil. In L. Avritzer *et al.* (org.), *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. FGV Editora. [edição eBook Kindle]
- Lynch, Christian. (2020a). Um pensador da democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos. *DADOS*, 63(1), 1-46. <https://doi.org/10.1590/001152582020002>

- Lynch, Christian (2020b). Um pensador da democracia: Wanderley Guilherme dos Santos – 1935-2019. In M. S. Moreira (org.), *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Appris.
- Lynch, Christian. (2017). Entre a ‘velha’ e a ‘nova’ ciência política: continuidade e renovação acadêmica na primeira década da revista DADOS (1966-1976). *DADOS*, 60(3), 663-702. <https://doi.org/10.1590/001152582017132>
- Lynch, Christian. (2016). Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (19), 75-119. <https://doi.org/10.1590/0103-335220161904>
- Marengo, André. (2016). Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In L. Avritzer *et al.* (org.), *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. FGV Editora. [edição eBook Kindle]
- Moreira, Marcelo S. (2020). *O pensamento político de Wanderley Guilherme dos Santos*. Appris.
- Moreira, Marcelo S. (2013). *Raízes intelectuais da democracia brasileira: linguagens políticas e a formação da república*. [Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Pécaut, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Editora Ática.
- Reis, Fábio W. (2016). Huis clos no Chile e ciência política no Brasil. In L. Avritzer *et al.* (org.), *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. FGV Editora. [edição eBook Kindle]
- Ribeiro, Marcos A. (2010). O patrimonialismo na sociologia de Fernando Henrique Cardoso e o atraso brasileiro. *CSONline*, 4(9), 179-205.
- Sallum Jr., Brasília. (2002). Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo. *Política & Sociedade*, (1), 73-86.
- Santos, Wanderley G. (2003). *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Editora UFMG; IUPERJ.
- Silva, Dimitri P. (2008). *Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)*. [Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo]. <https://repositorio.usp.br/item/002259139>
- Skocpol, Theda (org). (1984). *Vision and method in Historical Sociology*. Cambridge University Press.

- Smith, Dennis. (1991). *The rise of Historical Sociology*. Temple University Press.
- Sorj, Bernardo. (2001). *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Jorge Zahar.
- Spirandelli, Claudinei. (2008). *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. [Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-18082009-122601>
- Villegas, Miguel Ángel B. (2014). El análisis comparativo: algunos aportes latinoamericanos en la segunda mitad del siglo XX. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, LIX(221), 145-174.

Recebido: 26 fev. 2022
Aceito: 23 maio 2022



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)